

HABEAS CORPUS Nº 564.977 - DF (2020/0056009-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : FRANCIGRACIO OLIVEIRA DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO QUALIFICADO E FURTO TENTADO. DOSIMETRIA DA PENA. PLEITO DE APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA DE DIMINUIÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA. PATAMAR DE 1/3 DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO PELO *ITER CRIMINIS* PERCORRIDO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FRANCIGRACIO OLIVEIRA DE SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido na Apelação Criminal n.º 0008347-73.2016.8.07.0007.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 155, §§ 1.º e 4.º, inciso IV, do Código Penal (1.º fato) e no art. 155, *caput*, c.c. o art. 155, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (2.º fato), em continuidade delitiva, às penas de 4 (quatro) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 23 (vinte e três) dias-multa (fls. 13-24).

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido pela Corte de origem para "*reduzir a pena imposta pela prática dos crimes previstos no art. 155, §1º e §4º, incisos I e IV, do Código Penal, e artigo 155, caput, c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal, de 04 (quatro) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 23 (vinte e três)*

dias-multa, à razão mínima legal, para 3 (três) anos, 7 (sete) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, mais 21 (vinte e um) dias-multa, à razão mínima legal" (fl. 34; grifos diversos do original).

Nas razões do writ, alega a Parte Impetrante, em síntese, que a reprimenda do Paciente deveria ter sido reduzida, pelo reconhecimento da modalidade tentada, na fração de 2/3 (dois) terços, já que *"o bem foi devolvido, não ocorrendo a inversão da posse devido a interferência do frentista na intenção criminosa"* (fl. 07).

Requer, desse modo, em liminar e no mérito, a readequação da pena imposta.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 37-38.

As informações da Autoridade Impetrada foram prestadas às fls. 42-53.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 58-61, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem decidiu a controvérsia ora apresentada nos seguintes termos (fl. 33):

"Na terceira fase do processo dosimétrico, a reprimenda foi reduzida na fração de 1/3 (um terço) em razão da causa de diminuição da pena pela tentativa.

A pretensão defensiva de aplicação da fração de 2/3 (dois terços) na redução da pena pela tentativa não merece prosperar, pois o iter criminis percorrido pelo agente se aproximou da consumação, o acusado já havia colocado parte da subtração pretendida no veículo em que sairia do local quando foi compelido a devolvê-la.

Assim, embora o apelante não tenha consumado o delito, por circunstâncias alheias à sua vontade, percorreu o iter criminis em quase sua totalidade, não sendo possível a redução da pena, na terceira fase, em fração superior a 1/3 (um terço). Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão:"

O entendimento desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que *"o quantum de diminuição da pena pela tentativa deve considerar o iter criminis percorrido pelo agente, ou seja, a redução de pena deve ser menor se o agente chegou próximo à consumação do delito (HC n. 223.070/MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T, DJe 19/3/2013)"* (AgRg no HC 511.235/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 27/06/2019).

Superior Tribunal de Justiça

No caso, constata-se que foi apresentada fundamentação adequada para a escolha do patamar de diminuição, porquanto foi ressaltado que "*o iter criminis percorrido pelo agente se aproximou da consumação, o acusado já havia colocado parte da subtração pretendida no veículo em que sairia do local quando foi compelido a devolvê-la*", o que evidencia que o agente estava na iminência de consumir o crime quando foi impedido.

Ademais, "*Fundamentada a escolha da fração de diminuição em razão da proximidade de consumação do delito, alterar a fração correspondente à tentativa demandaria o reexame do iter criminis percorrido pelo agente, procedimento vedado na via do habeas corpus*" (AgRg no HC 495.964/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 24/05/2019).

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora